

# TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL DE UMA MULHER PRETA DA/NA AMAZÔNIA

## Com a palavra, Zélia Amador de Deus



Political and intellectual trajectory of a black woman from/in the Amazon: in the words of Zélia Amador de Deus

Mariah Torres Aleixo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social | Porto Alegre, Brasil

mariahaleixo@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-5004-8318

---

DEUS, Zélia Amador de. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 111 p.

---

Faz mais de dez anos que li a tese de doutorado da professora Zélia Amador de Deus, *OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2008. Quem pôs a versão em capa dura em minhas mãos e disse “é pra tu leres” foi a professora Jane Beltrão<sup>1</sup>, na época, minha orientadora de Iniciação Científica. Voltar à escrita da professora Zélia, por meio do livro *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista*, foi um agradável encontro com esse passado não tão distante. Uma renovada oportunidade de entender o racismo e aprender sobre caminhos possíveis para superá-lo.

---

<sup>1</sup> Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), escreveu o prefácio do livro *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista*.



A publicação é uma coletânea de textos escritos e publicados em diversos momentos da trajetória intelectual e política de Zélia Amador. Segundo ela mesma define em uma passagem do livro e como a própria professora Nilma Lino Gomes<sup>2</sup>, comenta, a publicação consiste numa autobiografia etnográfica, isto é, “(...) uma autobiografia que discute de modo crítico e minucioso os aspectos socioculturais dos quais minha trajetória de vida é indissociável” (Deus 2020: 99).

Entendo que uma autobiografia etnográfica está mais para uma antropologia pública que para uma autoetnografia. Na autoetnografia, a pesquisadora reflete sobre sua experiência com o intuito de analisar a sociedade/cultura na qual está inserida. Nesse sentido, a pessoa, ao mesmo tempo, pesquisa e é pesquisada, procedimento que exige alto grau de reflexividade (Gama 2020:190-191). A antropologia pública, por sua vez, tem a ver com a inserção da pesquisadora no debate público da sociedade, tentando acrescentar outras visões a ele, mediando o diálogo entre grupos divergentes (Rial 2018: 37-38) ou mesmo defendendo uma pauta considerada importante, como o antixismo ou o antirracismo, por exemplo. E essa ação engajada se faz mais presente à medida que o próprio sujeito do conhecimento é, também, um “outro”, ou seja, quando o próprio antropólogo advém de grupos sociais subalternizados, conforme abordam Lila Abu-Lughod (2018) e Osmundo Pinho (2019). Este último, tratando dos estudos sobre questão racial na antropologia, diz que atualmente os jovens pesquisadores negros (em número mais expressivo que tempos anteriores) têm “a faca e o queijo na mão” para ampliar a discussão sobre raça, racismo e temas correlatos na disciplina e para além dela. E é por isso também que a leitura desta autobiografia etnográfica se impõe: ensinar os novos pesquisadores engajados no debate étnico-racial o que veio antes, valorizando e inscrevendo na memória político-acadêmica conquistas e reflexões de uma mulher preta da/na Amazônia que faz/fez história.

Os oito textos que compõem o livro foram escritos em momentos diferentes do percurso da autora. Em *Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará*, escrito em 1997, a professora expõe como surgiu o Centro, chamando comumente pela sigla CEDENPA: veio de uma reunião de ativistas negras e negros. Formado em 1980, busca combater o racismo no estado do Pará, por meio de

---

<sup>2</sup> Professora titular emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora da Coleção Cultura Negra e Identidades da editora Autêntica.

ações educativas das mais diversas ordens. Surgiu da necessidade de romper com a visão do senso comum de que não há negros no estado, pois a maior parte da população teria supostamente de origem indígena. Entre a atuação do CEDENPA àquela altura, Amador de Deus cita pesquisas sobre a situação do negro no Pará, produção de material didático para as séries do ensino fundamental mais específicos sobre a questão racial, encenação teatral da peça *Face, negra face*, além da parceria do Centro com outras organizações da sociedade civil, afim de ampliar suas ações.

Dando um salto no tempo, até o ano 2010, temos o texto apresentado no Grupo de Trabalho Africanidades e Negros na Sociedade Amazônica<sup>3</sup>, intitulado *Regidos pelo signo da violência: as dores do racismo e da discriminação racial*, a autora se debruça sobre o conceito de racismo. Por meio de Fanon, Memmi, Balandier, Foucault e Munanga, ela explica que o racismo “(...) é um discurso ideológico com base na exclusão de certos grupos por causa da constituição biológica ou cultural desses grupos” (Deus 2020: 36). Ele serviu com sustento ao colonialismo assim como organiza internamente os estados-nação modernos, estabelecendo a hegemonia branca e criando, com isso, grupos politicamente minoritários. A partir disso, ela finaliza, argumentando que no processo de combate ao racismo, o corpo é ao mesmo tempo, social e individual, pois vai ser utilizado como forma de resistência, seja no sentido biológico, seja no cultural.

Essa é a deixa para o artigo que vem na sequência, *O corpo negro como marca identitária na diáspora africana*, apresentado no XI Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido em agosto de 2011 na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nele, a professora usa o mito Fanti-Ashanti de Ananse, a aranha que por meio de sua teia conseguiu para si o baú das histórias do mundo, como fio condutor. O corpo negro é a marca da diáspora em todos os seus aspectos, isto é, desde a materialidade física até as criações culturais e simbólicas. A diáspora africana provocada pela escravidão não provocou o desaparecimento da negritude ou mesmo de suas culturas; e a prova disso é a permanência de inúmeros elementos africanos na sociedade brasileira,

---

<sup>3</sup> Grupo de Trabalho 15, Africanidades e Negros na Sociedade Amazônica, inserido no II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, realizado entre 13 e 15 de setembro de 2010.

justamente porque esse corpo negro a manteve viva em suas memórias, práticas, fusões, ressignificações.

Em *Espaços africanizados no Brasil: algumas referências, resistências, sobrevivências e reinvenções*, publicado pela primeira vez em 2016 na *Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território*, da Universidade de Brasília (UnB), a autora explica como se formaram e se mantêm espaços africanizados no país mediante a resistência dos movimentos negros. Tendo em conta que “(...) os africanos e seus descendentes sempre irão utilizar como instrumento de luta política fragmentos que compõe o mosaico da cultura de seus ancestrais” (Deus 2020: 54), a autora passa a narrar como os movimentos negros se apoderaram da história do quilombo de Palmares e do próprio Zumbi dos Palmares como instrumento de unificação e resistência, culminando com a criação do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Com base em Homi Bhabba, ela afirma que a manutenção de espaços africanizados no país, assim como da data que faz referência à Palmares, é uma forma de “tempo performativo”, aquele que junta fragmentos para irromper o discurso linear nacionalista, reivindicando a pluralidade de povos – com visões de mundo, histórias e práticas específicas – que participaram da construção da nação.

*Os desafios da academia frente à lei n.º 10.639/03* é resultado de um espaço de fala de Zélia Amador no 19º Seminário Educação e V Jornada Desigualdades Raciais na Educação Brasileira<sup>4</sup> em 2012. Essa norma mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.º. 9.394/96), inserindo a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. A autora afirma que tal lei abre a possibilidade para uma mudança de paradigma da educação no país, pois para ensinar a disciplina é preciso que os professores rompam com imagens estereotipadas do continente africano e da população negra com a qual foram educados. É necessário que se eduquem para enxergar as pluralidades e a(s) história(s) da África, bem como as diversas ações e vivências da população negra no país, passando, inclusive, pelo racismo enfrentado diariamente.

Amador nos mostra a plasticidade do racismo, que assume formas diferentes a depender do contexto histórico e

---

<sup>4</sup> Ambos eventos organizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

político, no texto de 2015 intitulado *As personas (máscaras) do racismo*. Partindo da premissa de que raça não é mais um conceito válido biologicamente, mas uma forma de organizar as relações sociais, isto é, uma forma de classificação de acordo com características físicas e culturais, a autora relaciona o racismo ao colonialismo, define o racismo mítico e, também, o científico. O racismo atrelado à colonização tem a ver com a crença na superioridade do colonizador; o racismo mítico é explicado na disseminação do mito bíblico de Noé no ocidente. Este, segundo o mito, teria amaldiçoado o terceiro filho Cam em função do seu mal comportamento, dizendo “[s]eus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos dos seus irmãos” (Deus 2020: 81). Os africanos foram, em vários episódios da história, transformados em descendentes de Cam a fim de justificar a escravidão e racismo os mais diversos, inclusive o *Apartheid* na África do Sul. E o racismo científico trata da atribuição de características da personalidade a partir de traços físicos, é quando a biologia vem à cena para justificar o racismo.

Nos dois últimos artigos do livro, *A travessia: a saga do movimento negro brasileiro contemporâneo*<sup>5</sup>, de 2017, e *Políticas de ação afirmativa como estratégia de construção da igualdade racial*<sup>6</sup>, de 2019, a autora escreve em termos teóricos, mas também como se estivesse dando um testemunho tanto sobre o movimento negro quanto sobre as políticas de ação afirmativa, uma vez que integra o movimento e teve um papel preponderante na implementação das políticas de ação afirmativa na UFPA. Em *A travessia* divide as ações do movimento negro em três estações, a primeira é a descoberta do 20 de novembro e de Palmares e Zumbi, como elementos aglutinadores da memória negra, ao mesmo tempo em que se negava o 13 de maio (data da abolição) como dia emancipador. A segunda estação diz respeito ao questionamento que a negritude brasileira organizada faz à ideia unificada de nação, mostrando a pluralidade de elementos culturais no país, e exaltando os elementos africanos da cultura nacional. A terceira estação, por sua vez, trata da criação do Movimento Negro Unificado no final da década de 1970 e suas subseções regionais, a consolidação do dia 20 de novembro e a articulação da negritude global em diversas conferências internacionais.

---

<sup>5</sup> O artigo foi apresentado no II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos, ocorrido em 2017 na UFPA, no Grupo de Trabalho 02 – movimentos sociais e lutas socioterritoriais: olhares sobre a África e a América Latina.

<sup>6</sup> Publicado em 2019 na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Nessa terceira estação, que não é a última, pois a autora enfatiza que o caminho está aberto para mais ações e conquistas, ela destaca a saída dos quilombos da invisibilidade institucional desde a Constituição de 1988, e a crescente conquista de seus territórios de direito.

No texto sobre políticas de ação afirmativa, a autora mostra como os movimentos negros usaram de um instrumento elaborado pelos brancos – o sistema internacional de proteção dos direitos humanos – para afirmar direitos, desde a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), aprovada pelas Nações Unidas em 1965 e ratificada pelo Brasil em 1968, até a Plataforma de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, conhecida como Conferência de Durban, realizada em 2001. Seja na referida Plataforma de Ação, seja nos trabalhos preparatórios para a Convenção – momentos dos quais a própria autora participou – foi se constituindo uma noção jurídica de que mais do que combater a discriminação e promover a diversidade e o reconhecimento das diferenças, são necessárias medidas de reparação. Desde esse período vai se construindo certo consenso entre as diversas organizações nacionais e internacionais que lidam com a questão racial de que ações afirmativas são medidas de reparação em relação ao racismo, não somente nos países em que houve segregação racial via legislação, mas em todos os lugares em que houve escravização e tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e onde as mazelas disso podem ser sentidas até o tempo presente. Nesse sentido, a professora aponta que a lei n.º 10.639/03 é um importante exemplo de ação afirmativa, assim como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010), embora muito ainda precise ser feito para garantir a reparação devida.

Como autobiografia etnográfica que é, além dos oito textos que descrevi brevemente, a publicação conta com uma *Nota da Autora*. Antes mesmo do *Prefácio*, da *Apresentação* e de seus escritos a professora conta que saiu do Marajó, ainda muito criança, e veio à capital paraense para morar em uma de suas periferias. Começou a estudar e se perceber discriminada no ambiente escolar, mas, com o apoio da avó que sempre lhe dizia “Ninguém é melhor que tu! Ninguém!” (Deus 2020: 07), ela prosseguiu. Tendo o conselho da avó sempre em mente em toda sua trajetória, participou da militância estudantil durante ditadura militar, formou-se em teatro pela escola de teatro da

UFPA – sim, além cientista social/antropóloga, a professora Zélia é atriz e leciona no Instituto de Artes (ICA). Fundou e atua no CEDENPA e participou da criação das cotas para negros e do processo seletivo especial para quilombolas na UFPA; a primeira universidade do norte do país a ter cotas sócio-raciais, antes que a lei federal assim o determinasse. Embora não o tenha dito nesses termos, nessa nota a autora estabelece seu “Lugar de fala” (Ribeiro 2017), isto é, mostra que o sujeito de conhecimento tem história e corpo, e isso não é demérito, muito pelo contrário, é condição para se fazer ciência social, especialmente aquela que se pretende engajada e transformadora. Talvez por isso a alegria e admiração com que Jane Beltrão e Nilma Lino Gomes escreveram, respectivamente, o prefácio e a apresentação do livro dessa “(...) mulher preta com o sonho de consertar o mundo” (Deus 2020: 15).

### **Referência bibliográficas**

- ABU-LUGHOD, Lila. 2018. “A escrita contra a cultura.” *Equatorial*. 5(8): 193-226.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. 2008. *OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. 2020. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GAMA, Fabiene. 2020. “A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla.” *Anuário Antropológico*, 5 (2):188-208.
- PINHO, Osmundo. 2019. “A Antropologia no espelho da raça.” *Revista do PPGCS - UFRB – Novos Olhares Sociais*. 2 (1): 99-118.
- RIAL, Carmem. 2018. “Cadê a ABA?: A antropologia e a esfera pública no Brasil.” In SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; LACERDA, Paula; OSORIO, Patricia (Orgs.). *Antropologia e a esfera pública no Brasil – 60 anos da Associação Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro: ABA Publicações/E-papers. p. 23-39.
- RIBEIRO, Djamila. 2017. *O que é Lugar de Fala?*. São Paulo: Letramento/Justificando.

Enviado: 30/05/2021  
Aceito: 26/07/2021